



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO GOVERNADOR

Em 05 / 11 / 08
K 17932
Assessoria de Plenário

MENSAGEM
Nº 367/08 GAG

Brasília, 31 de outubro de 2008.
Ao Protocolo Legislativo nº 1058/08, em
seguimento ao Projeto de Lei nº 1058/08.
Em 06 / 11 / 08
Assessoria de Plenário e Distribuição

Excelentíssimo Senhor Presidente,

REQUERIMENTO DE
URGÊNCIA

[Assinatura]
Chefe de Assessoria
Matr.: 10094-34

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que aperfeiçoa, buscando sanar os vícios apontados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF/DF na forma da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2007.00.2.010211-4, a Lei nº 3.964, de 27 de fevereiro de 2007, que estabelecia normas, no âmbito do Distrito Federal, para a realização de concursos públicos.

Em que pese à relevância da matéria que por várias vezes já fora objeto de publicação de Leis e, por conseguinte, gerando conflitos judiciais que acabam por prejudicar de maneira relevante a execução dos atos praticados pela administração, urge a adoção de providências por este Governo no sentido de editar norma que permita atender aos anseios da população e, conseqüentemente, alcançar maior transparência aos seus atos por meio de sua regulamentação.

Por oportuno, esclareço que há a veemente necessidade de se adequar o referido Projeto de Lei à necessidade da Administração Pública e os anseios da população, tais como: divulgação do Edital Normativo com antecedência de 60 (sessenta) dias; alteração do Edital com 15 (quinze) dias; aplicar o percentual de 3 pontos sobre a remuneração ou salário na questão do estabelecimento dos valores das taxas de inscrição; dentre outros quesitos.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ALÍRIO NETO**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
Brasília - DF

Sector Protocolo Legislativo
PL Nº 1058/08
Folha Nº 01 RITA



"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG
Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 6º andar, sala 600 – Brasília/DF

Assessoria de Plenário
Recebi em 5/11/08 às 16h
K 17932
Assinatura



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO GOVERNADOR**

Por todo o exposto, considerando a relevância e urgência do disciplinamento da matéria, encareço a apreciação do Projeto ora proposto nos termos do artigo 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ao ensejo, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração a Vossa Excelência e seus ilustres pares

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Governador do Distrito Federal

Setor Protocolo Legislativo
PL Nº 1058/08
Folha Nº 02 RITA

PROJETO DE LEI Nº

PL 1058/2008

(Autoria: Poder Executivo)

Estabelece normas, no âmbito do Distrito Federal, para a realização de concursos públicos, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 1058/08

Folha Nº 03 RITA

Art. 1º Esta Lei estabelece normas sobre a realização de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

Art. 2º A realização de concurso público, em todas as suas fases, exige a observância estrita, pelo Poder Público, dos princípios constitucionais expressos e implícitos impostos à administração pública direta e indireta, previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Parágrafo único. O concurso público deverá, obrigatória e especialmente, obedecer aos princípios da igualdade, da publicidade, da competitividade e da seletividade.

Art. 3º A banca realizadora do concurso é obrigada a fornecer ao interessado, a requerimento escrito deste, informação ou certidão de ato ou omissão relativa ao certame.

§ 1º O atendimento do requerimento de que trata este artigo configura ato de autoridade pública para todos os fins.

§ 2º Configura ilícito administrativo grave, apurado e punido na forma da legislação pertinente:

- I – a negativa de prestação de informação ou de fornecimento de certidão;
- II – o atendimento incompleto ou intempestivo do requerimento;
- III – a prestação de informação ou expedição de certidão falsa.

Art. 4º É considerado ato abusivo contra o concurso público e ilícito administrativo grave, passível de punição disciplinar na forma da legislação pertinente:

- I – elaborar edital ou permitir que edital seja elaborado com discriminação inescusável de raça, sexo, idade ou formação, observadas as peculiaridades do cargo;
- II – inserir ou fazer inserir no edital qualquer cláusula, requisito ou exigência cujas previsões restrinjam, dificultem ou impeçam a igualdade, a publicidade, a seletividade ou a competitividade do certame;
- III – atentar contra a publicidade do edital, do concurso público ou de qualquer de suas fases;
- IV – violar ou permitir a violação do sigilo das provas do concurso público, por ato comissivo ou omissivo;
- V - beneficiar o candidato ou terceiro com informação privilegiada relativa ao concurso público ou a qualquer de suas fases;
- VI – impedir, de qualquer forma, a inscrição no concurso, a realização das provas, a interposição de recurso e o acesso ao Judiciário;
- VII – obstar a inscrição de pessoa portadora de necessidades especiais em concurso público para cargo ou emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a necessidade especial de que é portadora.

Parágrafo único. Verificada a infração de qualquer das determinações estabelecidas neste artigo, mediante provocação ou não de qualquer dos interessados, o concurso poderá ser suspenso até que a Administração corrija as falhas configuradas.

Art. 5º A garantia da lisura e da regularidade do concurso público é atribuição da banca organizadora, que responderá objetivamente por ocorrências que o comprometam.

Art. 6º Todos os atos relativos ao concurso público são passíveis de exame e decisão judicial, especialmente:

- I – os que configurarem erro material do edital ou seu descumprimento;
- II – os que configurarem lesão ou ameaça de lesão a direito do candidato;
- III – os que configurarem discriminação ilegítima com base em idade, sexo, orientação sexual, estado civil, condição física, deficiência, raça ou naturalidade;
- IV – os que vincularem critério de correção de prova ou de recurso à correção de prova;
- V – os relativos ao sigilo, à publicidade, à seletividade e à competitividade;

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 1058 / 08

Folha Nº 04 RJA

CAPÍTULO II
DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Art. 7º É assegurado à pessoa portadora de necessidades especiais o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo ou emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a necessidade especial de que o candidato é portador.

§ 1º O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas previstas no edital, sem prejuízo de concorrer às vagas reservadas previstas na legislação específica.

§ 2º O candidato portador de necessidades especiais inscrito em concurso público, resguardadas as condições especiais para a sua admissão, previstas no respectivo edital, participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, especialmente no que concerne:

- I – ao conteúdo das provas;
- II – aos critérios de avaliação e aprovação;
- III – ao horário e ao local de aplicação das provas, garantida a devida acessibilidade;
- IV – à nota mínima exigida para aprovação.

CAPÍTULO III
DO EDITAL DO CONCURSO

Setor Protocolo Legislativo
PL Nº 1058/08
Folha Nº 05 RITA

Art. 8º O edital, que vincula a administração pública, é de cumprimento obrigatório e deve ser redigido de forma clara e objetiva, de maneira a possibilitar a perfeita compreensão de seu conteúdo pelo pretendente ao cargo ou emprego oferecido.

Parágrafo único. É nula a disposição do edital normativo do concurso que dispuser de forma diversa do previsto na legislação aplicável aos servidores públicos do Distrito Federal ou aos servidores da carreira para a qual o concurso está sendo realizado.

Art. 9º O edital normativo do concurso será:

- I – publicado integralmente no Diário Oficial do Distrito Federal com antecedência mínima de sessenta dias da realização da primeira prova, permitida a redução desse prazo para até trinta dias da realização da prova, excepcionalmente e no interesse do serviço público, desde que devidamente justificada no edital;
- II – publicado de forma resumida em jornal de circulação no Distrito Federal;

III – disponibilizado integralmente na internet no site oficial do órgão ou entidade responsável pela realização do concurso.

Art. 10 As referências a leis ou regulamentos contidos no edital normativo do concurso serão apenas à legislação vigente, objeto do certame.

Parágrafo único. As referências a portarias ou outros atos normativos do Poder Público, de caráter infralegal ou infra-regulamentar, além de observarem a disposição no caput, indicarão a data em que foram publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal.

Art. 11. O conteúdo mínimo do edital, sob pena de nulidade, é composto de:

- I – identificação da Instituição do certame e do órgão que o promove;
- II – identificação do cargo ou emprego público, suas atribuições, quantidade de vagas disponibilizadas e vencimentos;
- III – indicação do nível de escolaridade exigido para a posse no cargo ou emprego;
- IV – indicação precisa dos locais e procedimentos de inscrição, bem como das formalidades confirmatórias dessa;
- V – indicação dos critérios de pontuação e contagem de pontos nas provas;
- VI – indicação do peso relativo de cada prova;
- VII – enumeração precisa das matérias das provas, dos eventuais agrupamentos de provas e das prováveis datas de suas realizações;
- VIII – indicação da matéria objeto de cada prova, de forma a permitir ao candidato a perfeita compreensão do conteúdo programático que será exigido;
- IX – regulamentação dos mecanismos de divulgação dos resultados, com prováveis datas, locais e horários;
- X – regulamentação do processo de elaboração, apresentação, julgamento, decisão e conhecimento de resultado de recursos;
- XI – fixação do prazo inicial de validade e da possibilidade de sua prorrogação;
- XII – percentual de cargos ou empregos reservados às pessoas portadoras de necessidades especiais e critérios para sua admissão.

Art. 12 Caso o edital indique a bibliografia de que se valerá a banca, ficará ela vinculada à última edição de obras publicadas até a publicação do edital normativo do concurso.

Parágrafo único. A não-indicação de bibliografia, ou sua indicação apenas sugestiva, obriga a banca a aceitar, como critérios de correção, as posições técnicas, doutrinárias, teóricas e jurisprudenciais dominantes relativamente aos temas abordados.

Art. 13 O conteúdo das provas discursivas e os respectivos critérios de correção e pontuação, quando for o caso, serão definidos no edital normativo do concurso.

Parágrafo único. Na hipótese de constar nos editais normativos de concurso público a aferição de títulos, serão obedecidas as seguintes condições:

- I – a aferição de títulos terá caráter exclusivamente classificatório, sendo facultada ao candidato a ausência deles, caso em que apenas não lhe serão atribuídos eventuais pontos;
- II – aos títulos somente poderão ser atribuídos os pontos correspondentes a, no máximo, 5% (cinco por cento) do total geral dos pontos computáveis aos candidatos ao cargo;
- III – serão atribuídos pontos à experiência profissional em atividades que guardem relação com as atribuições do cargo em disputa, obedecendo-se a seguinte equivalência:
 - a) cinco anos de experiência profissional: pontuação equivalente a um título de especialista;
 - b) dez anos de experiência profissional: pontuação equivalente a um título de mestre;
 - c) quinze anos de experiência profissional: pontuação equivalente a um título de doutor;
- IV – não haverá exigência de títulos nos concursos destinados ao preenchimento de cargos de nível fundamental e médio;
- V - o edital identificará expressamente os títulos a serem considerados e a respectiva pontuação, vedada a aceitação de títulos que não guardam relação com as atribuições do cargo em disputa;
- VI – os títulos ou a experiência profissional deverão ser comprovados com documento hábil;
- VII – os títulos obtidos em instituições estrangeiras não poderão ter pontuação superior aos equivalentes obtidos em instituições nacionais.

Art. 14 A realização de provas físicas exige a indicação do tipo de prova, das técnicas admitidas e do desempenho mínimo.

Art. 15 No caso das provas de datilografia, digitação e conhecimentos práticos específicos, deverá haver indicação dos instrumentos, aparelhos ou das técnicas a serem utilizados.

Art. 16 Salvo disposição em lei em contrário, é proibido estabelecer idade máxima para inscrever-se em concurso público.

Parágrafo único. A discriminação sexual, de estado civil, de idade, de condição familiar e de características físicas exige relação objetivamente demonstrável da impossibilidade de aproveitamento dos excluídos.

Art. 17 A escolaridade mínima e a qualificação profissional subjetiva deverão ser comprovadas no ato de posse no cargo público, vedada a exigência de comprovação no ato de inscrição no concurso.

Art. 18 É vedada a exigência, como requisito de inscrição, de residência em determinado local.

Art. 19 É admitido, no edital, o condicionamento de correção de prova de determinada etapa à aprovação na etapa anterior.

Art. 20 A alteração de qualquer dispositivo do edital precisa ser, expressa e objetivamente, fundamentada e obriga a divulgação, com destaque, das mudanças em veículo oficial de publicidade e em jornal de grande circulação.

§ 1º Os prazos, providências e atos previstos no edital tomarão como referência a data da publicação oficial da última alteração dos termos do edital.

§ 2º É vedada a veiculação de alterações editais em edição especial, extraordinária ou de circulação restrita de veículo oficial de publicidade.

§ 3º É vedada qualquer alteração nos termos do edital nos quinze dias que antecedem a primeira prova.

Art. 21 No caso de diversidade de provas, o edital deverá indicar, de forma objetiva, as eliminatórias e as classificatórias.

Art. 22 O cancelamento ou a anulação de concurso público com edital já publicado exige fundamentação objetiva, expressa e razoável, amplamente divulgada.

Art. 23 A banca definirá claramente, no edital, os materiais, objetos, instrumentos e papéis cuja posse será tolerada no local da prova.

Parágrafo único. A infração, pelo candidato, por si ou por outrem, das proibições de que trata este artigo implicará a sua eliminação do concurso.

CAPÍTULO IV
DA INSCRIÇÃO

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 1058/08

Folha Nº 09 R.T.P.

Art. 24 A formalização da inscrição no concurso depende da satisfação completa dos requisitos exigidos no edital.

Parágrafo único. É vedada a inscrição condicional.

Art. 25 A inscrição por procuração exige a constituição formal de procurador com poderes específicos, em documento com fé pública.

Parágrafo único. A inscrição por via informatizada impõe a adoção de processos de controle, de segurança do procedimento e de proteção contra fraude.

Art. 26 O estabelecimento da taxa de inscrição levará em conta o nível remuneratório do cargo em disputa, a escolaridade exigida e o número de fases e de provas do certame.

§ 1º O valor da taxa de inscrição não poderá exceder 3% (três por cento) da remuneração inicial do cargo, podendo, excepcionalmente, chegar a 5% (cinco por cento) dela, desde que comprovada a necessidade mediante apresentação de planilha de custos no edital.

§ 2º O edital do concurso disporá acerca da documentação necessária à comprovação de condição ensejadora de isenção integral ou parcial, legalmente prevista, da taxa de inscrição.

§ 3º No caso de edital relativo a vários cargos, os valores de inscrição serão fixados relativamente a cada um deles.

§ 4º É assegurada a devolução do valor relativo à inscrição, corrigido monetariamente:

I – no caso de anulação ou cancelamento do concurso, por qualquer causa;

II – no caso de ato desconforme a esta Lei ou ao edital, desde que redunde em prejuízo direto ao candidato inscrito quanto à realização da prova.

Art. 27 As inscrições serão recebidas em locais de fácil acesso e em período e horário que facilitem ao máximo a sua realização pelos interessados em prestar o concurso, devendo os postos de recebimento de inscrição estar localizados de forma a cobrir, da melhor maneira possível, a área geográfica.

Art. 28 No caso de expedição de cartão confirmatório de inscrição, a banca dará preferência à remessa por via postal para o endereço do candidato.

Parágrafo único. A retirada de cartão confirmatório de inscrição poderá ser feita por procuração.

Art. 29 Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso para inscrição ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

Art. 30 O procedimento de inscrição não poderá ser composto de ato ou providência vexatória, gravosa ou de difícil realização pelo candidato.

CAPÍTULO V

DOS CANDIDATOS APROVADOS, DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO, DA VALIDADE E DA ANULAÇÃO DO CONCURSO

Art. 31 Os candidatos aprovados no número de vagas previstas no edital normativo do concurso têm direito a nomeação, posse e exercício no cargo para o qual concorreram.

§ 1º A nomeação observará a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

§ 2º A nomeação dos candidatos aprovados no número de vagas do edital normativo do concurso será feita no prazo de validade do concurso.

§ 3º Os aprovados em número excedente ao de vagas têm a expectativa de direito à nomeação limitada pelo prazo de validade do concurso, tanto o inicial quanto o eventualmente prorrogado.

§ 4º Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem o direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

Art. 32 A anulação do concurso público não produz nenhum efeito sobre a situação jurídica de candidato já nomeado, salvo no caso de anulação por inconstitucionalidade, ilegalidade, quebra de sigilo e favorecimento pessoal, quando todos os atos decorrentes devam ser anulados, assegurando-se ao candidato direito ao ressarcimento das despesas em que incorreu para fazer o concurso, desde que não tenha participado de ato que contribuiu para a anulação do certame.

Parágrafo único. O servidor que tenha perdido o cargo em razão de anulação do concurso público tem direito de retornar ao cargo público distrital, anteriormente ocupado, desde que já tenha adquirido estabilidade neste.

Art. 33 A lotação do candidato convocado para a posse será, salvo disposição editalícia em contrário, a definida pela Administração.

Parágrafo único. A lotação preservará, tanto quanto possível, a integridade do núcleo familiar do candidato, atendidas as condições gerais de lotação, a necessidade do órgão e a distribuição de pessoal no seu quadro funcional.

Art. 34 No exame de saúde do candidato convocado para a posse somente poderão ser consideradas como inabilitadoras as condições físicas ou psíquicas que impeçam o exercício normal das funções do cargo.

Parágrafo único. O Poder Público deverá editar norma que identifique, com objetividade e padrão científico, as condições mínimas de desempenho das funções físicas para o exercício normal das atribuições do cargo, especialmente quanto:

I – às necessidades especiais auditivas;

II – às necessidades especiais visuais;

III – às necessidades especiais do aparelho locomotor;

IV – às necessidades especiais orais;

V – às doenças não-contagiosas ou de contágio não-possível no ambiente e condições normais de trabalho.

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 1058/08

Folha Nº 11 R.T.A

Art. 35 A malformação de membro ou estrutura corporal não é, por si só, inabilitadora da posse e exercício do candidato, exigindo-se demonstração objetiva da incapacidade para as funções do cargo.

CAPÍTULO VI

DA VIDA PREGRESSA DO CANDIDATO

Art. 36 A pesquisa e busca de dados sobre a conduta social e ética de vida pregressa do candidato só poderá ser usada como instrumento de avaliação em concurso público quando a lei assim o determinar.

§ 1º Para a pesquisa e busca de dados de que trata este artigo, o edital normativo do concurso prescreverá:

I – os elementos, todos de natureza objetiva, a serem considerados pela banca examinadora;

II – os critérios objetivos para aferição dos elementos de que trata o inciso I.

§ 2º Tanto a habilitação quanto a inabilitação decorrentes da pesquisa e busca de dados previstas neste artigo serão necessariamente motivadas.

§ 3º Aos candidatos inabilitados é assegurado:

I – apresentar recurso contra a inabilitação, juntando as provas que entender necessárias;

Art. 37 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 38 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 1058/08

Folha Nº 12 RITA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
Nº..... / 2008 – GAB/SEPLAG

Brasília, de outubro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Governador,

Setor Protocolo Legislativo
PL Nº 1058/08
Folha Nº 13 RITA

Submeto à consideração de Vossa Excelência a inclusa proposta de Minuta de Projeto de Lei que versa sobre estabelecimento de normas, no âmbito do Distrito Federal, para realização de concursos públicos.

Cumprе salientar, que esta proposta busca aperfeiçoar e adequar as necessidades da administração pública ante a Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei nº 3.964, de 27 de fevereiro de 2007, em razão da usurpação à época, pelo Poder Legislativo do Distrito Federal, porque matéria de provimento de cargos públicos encontra-se estatuída no inciso II do § 1º do art. 71 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, demonstrando a competência privativa de Vossa Excelência.

Em que pese à relevância da matéria que por várias vezes já fora objeto de publicação de Leis e, por conseguinte, gerando conflitos judiciais que acabam por prejudicar de maneira relevante a execução dos atos praticados pela administração, urge a adoção de providências por este Governo no sentido de editar norma que permita atender aos anseios da população e, conseqüentemente, alcançar maior transparência aos seus atos por meio de sua regulamentação.

Estas, Senhor Governador, são as razões que me levam a sugerir o presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

RICARDO PINHEIRO PENNA
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador do Distrito Federal
Brasília – DF

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG
Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 6º andar, sala 600 – Brasília/DF